

Servidores públicos recorrem à Lei do Superendividamento

Objetivo do funcionalismo é para renegociar dívidas de crédito consignado

Por Martha Imenes

O crédito consignado, criado como alternativa de acesso facilitado ao crédito, com juros mais baixos e desconto direto em folha, tem se transformado em uma armadilha para os servidores públicos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (Ibedec), aproximadamente 70% desse público ativo no Brasil enfrentam algum tipo de endividamento.

A falta de controle por parte das instituições financeiras e a pouca atenção às regras legais acabam levando muitos servidores públicos a comprometer grande parte da renda com empréstimos sucessivos, levando-os ao endividamento crítico.

Segundo a advogada Ana Luiza Fernandes de Moura, do escritório Celso Cândido de Souza Advogados, a legislação prevê que apenas 35% da renda possa ser comprometida com empréstimos consignados. “No entanto, a prática mostra que nem sempre há rigor no cumprimento dessa regra. Não é incomum que diferentes bancos liberem empréstimos para um mesmo servidor sem se atentar para o quanto ele já está endividado”, tem aumentando o número de casos de funcionários públicos com boa parte



Freepik

Servidores comprometem até 70% do salário com descontos no contracheque

de seu salário já comprometido com pagamento das parcelas dos empréstimos.

Quando a situação foge ao controle, a Lei do Superendividamento surge como um caminho para reorganizar as dívidas. A legislação estabelece um limite de comprometimento da renda para garantir o mínimo existencial de 30% da renda líquida do consumidor, incluindo os servidores públicos.

“A lei oferece uma oportunidade de gerir melhor as dívidas,

assegurando condições dignas ao devedor. Por isso, temos percebido um aumento expressivo na procura de servidores que buscam renegociação com base nessa legislação”, observa Ana Luiza.

Por via judicial, a Lei do Superendividamento garante ao contraente da dívida renegociar o débito para que as parcelas não superem o teto de 30% do salário. “Com isso, aumenta-se o tempo para se pagar a dívida, mas o cidadão não fica com seus ganhos estrangulados”, diz

A especialista alerta que o crescimento desse movimento reflete uma realidade preocupante: o endividamento entre servidores públicos tem se intensificado. Para aqueles que já enfrentam dificuldades financeiras, a orientação é buscar ajuda especializada. “O primeiro passo é consultar um advogado da área para ter orientação jurídica. Além disso, é fundamental fazer um planejamento financeiro e criar uma reserva de emergência para evitar novos empréstimos”, recomenda.

Como evitar cilada

Para evitar o superendividamento, segundo a Serasa, o consumidor precisa focar em planejamento financeiro, controle de gastos, negociação de dívidas pelo Serasa Limpa Nome (com até 90% de desconto), e educação financeira, como a criação de uma reserva de emergência e o uso consciente do crédito, utilizando o site/app Serasa para consultar seu CPF e encontrar ofertas de renegociação.

Dicas

- Registre os gastos familiares: anote todas as entradas e saídas de dinheiro para saber para onde sua renda vai, usando tabelas ou planilhas.
- Corte o supérfluo: elimine gastos desnecessários e pesquise antes de comprar para economizar.
- Evite novas dívidas: principalmente no cheque especial e cartão de crédito, que têm juros altos.
- Crie uma reserva de emergência: para imprevistos, evitando recorrer a empréstimos caros.
- Defina metas financeiras: tenha objetivos claros para motivar a organização financeira.
- Busque uma renda extra: aumentar a receita ajuda a quitar dívidas e construir um patrimônio.

Reforço no INPI vai acelerar análise de casos

Ascom

A nomeação de 120 novos servidores para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) representa um avanço importante na busca por mais agilidade e eficiência na análise de marcas e de patentes no país. O reforço contempla 40 novos examinadores para a área de marcas, 40 para patentes — sendo 33 destinados à área de biotecnologia (Pharma e Agro) e 7 à de telecomunicações — e outros 40 servidores destinados à área administrativa sendo a maioria para o setor de tecnologia da informação.

A expectativa é que os novos profissionais comecem a atuar efetivamente em cerca de seis meses, após o período de capacitação previsto pelo Instituto.

Segundo os advogados Luiz Edgard Montauray Pimenta e Ricardo P. Vieira de Mello, do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello, a medida é positiva e deve contribuir para a redução do tempo de exame dos processos. “É essencial garantir uma distribuição equilibrada en-



INPI recebeu reforço no quadro de servidores

tre marcas e patentes, priorizando as áreas que hoje enfrentam maiores gargalos. Esse planejamento é fundamental para que o reforço produza resultados concretos na redução dos prazos de análise”, avalia Luiz Edgard.

Para Ricardo Vieira de Mello, a ampliação do quadro não é su-

ficiente para atender à demanda atual e novos concursos serão necessários diante do crescimento previsto no volume de pedidos. “Com o aumento expressivo da demanda esperada para o próximo ano, especialmente em marcas, sem dúvidas novos concursos se tornam imprescindíveis para

evitar acúmulos e manter a eficiência conquistada”, observa.

Os especialistas também destacam os esforços da atual administração do INPI em buscar junto ao governo federal a ampliação do número de servidores por meio do cadastro de reservas. “É uma iniciativa importante e

que demonstra o comprometimento da direção em modernizar o Instituto e torná-lo mais ágil e eficiente”, reforça Ricardo.

Na avaliação dos advogados, um INPI mais estruturado tem impacto direto sobre o ambiente de inovação e a competitividade das empresas brasileiras. “A concessão célere de patentes garante exclusividade de exploração a quem investe em pesquisa e desenvolvimento, estimulando a inovação e fortalecendo o ecossistema produtivo nacional”, destaca Luiz Edgard.

Eles também apontam que medidas estruturais serão essenciais para consolidar os avanços conquistados. “A aprovação do projeto de lei que concede autonomia financeira ao INPI é um passo decisivo. Como órgão superavitário, essa autonomia permitiria investir diretamente em tecnologia, inteligência artificial, modernização de sistemas e contratação de pessoal qualificado, pilares fundamentais para a eficiência e a inovação no país”.